

A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

MENDES, Mônica Fátima Valenzi

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP

Professora da Faculdade de Educação

mfmenes@pucsp.br

NASCIMENTO, Mônica Silva

Coordenadora do Setor de Atendimento Comunitário

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP

msnascimento@pucsp.br

RESUMO: Em 2017 foi criado um Programa denominado “Núcleo de Apoio Pedagógico e Educação Inclusiva - NAPEI” para fortalecer a política de inclusão de estudantes de graduação com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Este trabalho é um relato de experiência sobre as atividades que vem sendo desenvolvidas no que tange à inclusão desses estudantes. Desenvolve-se em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e a Pró-Reitoria de Relações Comunitárias (PROCRC) por meio da Faculdade de Educação e do Setor de Atendimento Comunitário atuando para acolher, adaptar e promover a igualdade de oportunidades focando em ações junto a docentes e estudantes. Busca criar parcerias internas e mecanismos de acessibilidade e apoio pedagógico específicos para garantir equidade de acesso, permanência, participação e sucesso acadêmico. Alguns dos procedimentos adotados são: levantamento semestral por curso sobre os/as estudantes que necessitam de apoio, identificando principais dificuldades e quais as necessidades; encaminhamento às coordenações de curso com orientações sobre adaptação e/ou flexibilização de currículo e/ou à ação Monitoria Inclusiva; colaboração com os diferentes setores na construção de instrumentos para eliminar barreiras; parceria com o Centro de Aperfeiçoamento Docente - CAD para oferecer formação docente. Destaca-se a ação Monitoria Inclusiva como uma ferramenta potente no apoio a

estudantes que necessitam de acompanhamento nos estudos. São muitos os desafios para a efetivação de uma educação que respeita e valoriza a diversidade. A vivência tem nos indicado que professores/as, estudantes e funcionários/as do ensino superior não se sentem preparados/as para atender às necessidades de estudantes com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem e que é preciso, ainda, entender que esses estudantes não devem receber uma prática pedagógica inferior e sim que tenham acesso aos conhecimentos da mesma forma que os/as demais. Muitas barreiras ainda precisam ser eliminadas, especialmente a atitudinal.

PALAVRAS-CHAVE: educação inclusiva; formação de professores/as; estudantes com deficiência; estudantes com transtornos de aprendizagem; monitoria inclusiva.

INTRODUÇÃO:

A educação inclusiva no Brasil é preconizada desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96, que define que os/as estudantes devem estudar preferencialmente na rede regular de ensino e que os sistemas de ensino devem assegurar professores capacitados para oferecer uma educação de qualidade com currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos que atendam às necessidades destes estudantes (BRASIL,1996).

Desde então, a legislação brasileira voltada para a Pessoa com Deficiência – PcD foi sendo construída, aperfeiçoada e evoluído conforme a sociedade reconhece a importância de garantir direitos e promover a inclusão.

Essas normativas asseguram que as PcD tenham suas necessidades atendidas de forma integral, promovendo sua plena participação na sociedade com autonomia e dignidade. Ressalta-se que a inclusão deve ser um direito garantido, assegurando a plena participação de todos/as em igualdade de condições.

Entretanto, nota-se a pouca disposição do poder público em viabilizar que essas leis sejam cumpridas, o que atinge diretamente a emancipação dessas pessoas.

Apesar disso, quase três décadas após a promulgação da LDB/96, sabe-se que os/as estudantes com deficiência estão acessando cada vez em maior número o ensino superior e que os/as docentes, se consideram despreparados/as.

Este trabalho apresenta um relato de experiência sobre o empenho que vem sendo desenvolvido na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP na direção da inclusão de estudantes com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem.

A iniciativa surgiu de um convite da reitora da universidade à professora da Faculdade de Educação Dra. Neide de Aquino Noffs para criar um espaço de estudo e acolhida à demanda de docentes e discentes buscando compreensão e encaminhamentos pedagógicos às situações do cotidiano.

O NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO E EDUCAÇÃO INCLUSIVA – NAPEI:

O NAPEI foi criado em 2017, atrelado à Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, com o objetivo de atender às demandas de inclusão na universidade, garantindo que todos os/as estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade.

Sobressai-se que há carência de conhecimento do/a professor/a universitário/a sobre as características das deficiências e/ou dos transtornos de aprendizagem e o não reconhecimento das potencialidades destes/as estudantes e conseqüentemente a não flexibilização e adaptação do currículo ou a oferta de uma prática pedagógica inferior. O que podem ser considerados fatores determinantes para as barreiras metodológicas e atitudinais e a resistência em relação à inclusão.

Dessa maneira, na “Proposta para o Núcleo de Apoio Pedagógico e Educação Inclusiva – NAPEI” consta:

- fortalecer a política de inclusão promovendo as condições necessárias para o ingresso, permanência e conclusão de alunos com necessidades educacionais específicas;
- sensibilizar a comunidade universitária das propostas de atendimento educacional especializado aos alunos que apresentam deficiências e/ou transtornos de aprendizagem promovendo a corresponsabilidade na construção de ações educativas de inclusão na universidade;
- apoiar e potencializar o processo de ensino-aprendizagem por meio de orientações específicas a gestores, professores e alunos sobre o processo de estudantes com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem;

- promover o desenvolvimento de atividades formativas junto aos professores subsidiando a prática educativa inclusiva (NOFFS, 2017, p. 5)

Constituiu parceria com a Pró-Reitoria de Relações Comunitárias – PROCRC que mantém o Setor de Atendimento Comunitário - PAC e foram-se delineando estratégias conjuntas.

O PAC tem como missão ser a referência institucional e a porta de entrada para acolher, orientar, mediar e elaborar as situações e os casos que necessitem de atendimento psicosociocomunitário. Possui equipe interdisciplinar formada por profissionais nas áreas de Psicologia; Educação Especial e Inclusiva; Serviço Social; Pedagogia e Psicopedagogia.

Tem diversas áreas de atuação, quais sejam: “Política de Atendimento” em que realiza o acolhimento e a orientação de demandas espontâneas ou encaminhadas por professores, coordenadores e funcionários; “Política de Permanência Estudantil” em que oferece bolsa alimentação para estudantes bolsistas, inclusão digital com empréstimos de computadores e formação complementar oferecendo cursos de Produção Textual e Língua Inglesa; e “Política de Inclusão” em que já fazia o atendimento de alunos com deficiência e/ou com outras necessidades educacionais específicas e passou a atuar em conjunto com o NAPEI.

Em relação à Política de Inclusão organiza o fluxo de informações em que o setor Secretaria Administração Escolar - SAE informa sobre os/as matriculados/as público-alvo dessa política e a partir do contato inicial das profissionais do PAC identificam-se as necessidades de apoios, ou seja, o PAC faz o acolhimento entrando em contato com o/a estudante e/ou família para entender as necessidades específicas, confirma os recursos e/ou adaptações solicitadas e toma as providências em relação à estrutura física da universidade quando for o caso; faz o cadastro por curso e encaminha para o NAPEI a lista desses/as estudantes destacando as adaptações e flexibilizações necessárias e os/as que necessitam de apoio pedagógico.

O acolhimento é um dos pilares do trabalho, garantindo que os estudantes se sintam seguros e valorizados desde o momento de sua entrada na universidade. Em geral as adaptações pedagógicas solicitadas, indicam maior tempo para realizar avaliações e/ou entrega de trabalhos, realizar provas em locais silenciosos, uso de

recursos tecnológicos e adaptações nos formatos de aula, visando eliminar barreiras que possam comprometer o aprendizado.

O diálogo com alunos/as e familiares, e muitas vezes, com profissionais que atendem o/a estudante, permite compreender as barreiras enfrentadas e planejar intervenções adequadas.

Semestralmente, NAPEI e PAC encaminham carta informativa aos coordenadores de curso relacionando os estudantes com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem com a necessidade educacional especial e a adaptação solicitada.

Durante todo o semestre atendem estudantes e família e conversam com coordenações para adequar situações didáticas.

Contudo, com o tempo, foi necessário criar ação mais efetiva que auxiliasse estudantes com deficiência visual. Assim, foi elaborada a ação “Projeto Ledores” no ano de 2019 com atuação em 2020 e 2021. Essa ação consistiu em realizar edital para seleção de estudantes da universidade para acompanhar nas aulas e realizar a leitura dos textos para duas estudantes cegas.

Essa ação mostrou-se positiva e que deveria se ampliar para atender outras necessidades educativas. Ao mesmo tempo, a demanda de estudantes com deficiência e transtornos de aprendizagem crescia na universidade. Dessa forma, a ação passou a ser denominada Monitoria Inclusiva em 2022 e sucedeu a atender estudantes com outras deficiências e/ou transtornos de aprendizagem.

O NAPEI e PAC também procuram efetivar parcerias na universidade para oferecer acessibilidade e elaborar propostas. Constantemente dialoga com o Centro de Aperfeiçoamento Docente - CAD para oferecer formações a docentes da universidade.

Destaca-se a monitoria inclusiva como ação fundamental.

MONITORIA INCLUSIVA:

A Monitoria Inclusiva é uma ação em que se seleciona estudantes de graduação e pós-graduação para apoiar colegas da graduação com deficiência e/ou dificuldades de aprendizagem por meio de Edital anual denominado “Apoio à acessibilidade e à permanência de Pessoas com Deficiência e/ou Transtornos de Aprendizagem na Graduação – Monitoria Inclusiva”. Tem como finalidade ampliar a

política acadêmica de apoio a discentes no intuito de garantir a qualificação de seu percurso universitário e estimular condições para sua permanência na instituição.

Os/as monitores/as inclusivos/as dedicam 20 horas semanais para atuar nas atividades previstas e recebem pró-labore mensal no valor de R\$ 1.260,00. O intuito é que atuem como facilitadores, auxiliando no planejamento e organização de estudos; fazendo anotações em aula; transpondo e adaptando materiais didáticos e conteúdo; e realizando leitura de textos; conforme a necessidade do/a estudante atendido/a.

Recebem formação inicial antes mesmo do início das aulas e participam de supervisões semanais durante todo o ano letivo. Nesses momentos discutem-se estratégias de apoio, orientações sobre como lidar com diferentes tipos de deficiência, técnicas de adaptação de materiais, etc, sempre na direção da promoção da autonomia dos/as estudantes. Também, produzem relatórios mensais sobre as atividades desenvolvidas.

A vivência com os estudantes foi encaminhando para novas adequações nessa ação e desde 2023 a monitoria inclusiva passou a atender em duas modalidades. A primeira constitui-se em um/a monitor/a inclusivo/a para cada estudante atendido/a ser acompanhado nas aulas e apoiado fora das aulas também. A outra, funciona em forma de plantões com acompanhamento semanal do monitor/a inclusivo/a de três estudantes fora do horário de aulas regulares.

Esse suporte tem se mostrado fundamental para a autonomia dos/as estudantes e para a construção de uma cultura inclusiva.

DESAFIOS E RESULTADOS:

Os resultados alcançados demonstram um impacto positivo na vida acadêmica dos/as estudantes atendidos/as e dos/as monitores/as inclusivos/as. Isso é indicado por meio de relatos de docentes, dos/as monitores/as inclusivos/as e dos/as próprios/as estudantes atendidos/as.

Nota-se que com o devido suporte, os/as estudantes são capazes de superar barreiras e alcançar participação e sucesso acadêmico, evidenciando o impacto das práticas de inclusão.

Todavia, para que a inclusão ocorra de fato, é impreterível a parceria com os/as docentes que precisam investir nas potencialidades de aprendizagem desses/as estudantes, atendendo às suas necessidades e propondo atividades que

favoreçam seu desenvolvimento, isto é, “modificando objetivos, formas de mediação pedagógica, metodologias, recursos didáticos, tempo de ensino e aprendizagem ou instrumentos de avaliação, quando necessário”. (PIMENTEL, 2012, p. 152)

Apesar dos avanços, o NAPEI e PAC enfrentam muitos desafios para além dessa necessidade de formação contínua dos/as docentes, quais sejam: expansão das ações; fortalecimento das parcerias intersetoriais; desenvolvimento contínuo de estratégias inclusivas; sensibilização de funcionários/as, docentes e estudantes; e a criação de um ambiente de aprendizagem que respeita e valoriza as diferenças.

Uma necessidade urgente é a ampliação do NAPEI, criando uma equipe multidisciplinar que possa buscar novas parcerias, tanto dentro quanto fora da universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Temos vivenciado um aumento significativo no número de estudantes com deficiência e/ou transtornos de aprendizagem acessando nossa universidade. Porém, a permanência e o sucesso desses/as estudantes ainda é um desafio.

Há a necessidade de processos educativos que combatam a exclusão preparando o ambiente para receber pessoas com diferentes características, diminuindo as lacunas ainda existentes entre os direitos e a efetivação do acesso, permanência e sucesso educacional.

A criação do NAPEI marcou um avanço significativo na política de inclusão da universidade. Os resultados alcançados demonstram um impacto positivo na vida acadêmica dos/as estudantes atendidos/as. A implementação do Projeto Leitores e depois a Monitoria Inclusiva são exemplos concretos para promover a inclusão e tem se mostrado ferramenta eficaz reduzindo a evasão escolar e melhorando o desempenho acadêmico.

Apesar disso, a resistência à mudança pedagógica ainda é uma barreira significativa, sendo necessário criar um ambiente que valorize a inclusão como um processo contínuo e colaborativo.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

NOFFS, Neide de Aquino. Proposta para o Núcleo de Apoio Pedagógico e Educação Inclusiva. Pontifícia Universidade Católica – São Paulo, 2017.

PIMENTEL, Susana Couto. Formação de professores para a inclusão. In: MIRANDA, T. G. e GALVÃO FILHO, F. A. O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. EDUFBA, 2012.